



Cerimónia de Homenagem e Trasladação
de Manuel de Arriaga
para o Panteão Nacional



LISBOA 2005

Cerimónia de Homenagem e Trasladação
de Manuel de Arriaga
para o Panteão Nacional

16 de Setembro de 2004



CERIMÓNIA DE HOMENAGEM E TRASLADAÇÃO
DE MANUEL DE ARRIAGA PARA O PANTEÃO NACIONAL

IMAGEM DA CAPA

Óleo sobre tela, policromo e fundo preto, retratando o Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga.
Assinado e datado no canto inferior direito “José Campas – 1913”

EDIÇÃO

Assembleia da República
Divisão de Edições

RECOLHA DOCUMENTAL

Isolete Ramalho
Maria da Luz Dias
Paula Cristina Pauranta

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Isolete Ramalho

CONCEPÇÃO GRÁFICA

TVM Designers

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Textype

TIRAGEM

500 exemplares

Lisboa, Assembleia da República, Julho de 2005

DEPÓSITO LEGAL N.º 228 160/05

ISBN N.º 972-556-375-1

© Assembleia da República. Direitos reservados, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho.



ÍNDICE

Biografia Sumária	10
Resolução da Assembleia da República n.º 49/2003	15
Despacho n.º 97/IX	16
Programa da Cerimónia	19
Intervenção de Sua Ex.ª o Presidente da Assembleia da República	25
Intervenção de Sua Ex.ª o Presidente da República	29
Termo de Sepultura no Panteão Nacional	35
Breves notas sobre o Panteão Nacional	39

“A verdadeira politica não é mais do que a clinica dos órgãos sociaes, dos órgãos collectivos, e o estadista o seu medico assistente, não para os alterar a seu capricho, mas unica e simplesmente para nelles introduzir o concurso, a cooperação, a solidariedade de cada um por todos e todos por cada um, à semelhança do que fazem os hygienistas aos órgãos do corpo humano.

É d’esta coordenação, mutuo auxilio e solidariedade que resulta o equilibrio, a força, a saude e a belleza do corpo. Que outro tanto se applique à vida das sociedades para que não seja uma palavra vã, uma irrisão da lei e da sorte a apreguada soberania dos cidadãos e dos povos”.

Manuel de Arriaga

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,
SESSÃO DE 2 DE AGOSTO DE 1911.



Dr. Manuel d'Arriaga



BIOGRAFIA SUMÁRIA

Manuel de Arriaga

(Horta, 1840 - Lisboa, 1917)

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira foi o primeiro Presidente da República Portuguesa, eleito democrática e constitucionalmente (1911-1915). Filho de Sebastião de Arriaga e de Maria Antónia Pardal Caldeira de Arriaga, nasceu na cidade da Horta, a 8 de Julho de 1840. Em 1865, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, na qualidade de advogado, defendeu muitos republicanos perseguidos. Foi ainda professor liceal de inglês, em Lisboa.

Orador notável, contribuiu com os seus discursos para o advento da República. Escreveu poesia e contos de tendência romântica, assim como algumas obras de carácter político-social donde se destacam, *Sobre a Unidade da Família Humana debaixo do Ponto de Vista Económico* ou *Descaracterização da Nacionalidade Portuguesa no Regime Monárquico*, entre outras.

Membro do Partido Republicano, pertenceu ao seu directório aquando do 31 de Janeiro de 1891. Foi eleito deputado da minoria republicana pelo círculo da Madeira, em 1882 e por Lisboa, em 1890.

Na sequência dos acontecimentos de 5 de Outubro de 1910, e para serenar os ânimos agitados dos estudantes da Universidade de Coimbra, foi nomeado Reitor daquela Universidade, tomando posse em 17 de Outubro de 1910. Foi eleito para a Constituinte de 1911, tendo, pouco depois, sido eleito pelo Congresso para a Presidência da República.

Em relação à Igreja, procurou manter um bom relacionamento, sem, no entanto, abdicar da supremacia do poder civil. Durante a sua presidência tudo fez para conciliar as várias forças republicanas, mas o seu mandato foi constantemente perturbado, sobretudo pelas incursões de Paiva Couceiro, para restabelecimento da Monarquia. O eclodir da I Guerra Mundial não facilitou o desempenho do seu cargo, o que o levou a formar vários governos, sempre com grande dificuldade.

Em 1915, a ditadura de Pimenta de Castro foi derrubada pela Revolução Constitucionalista de 14 de Maio, o que obrigou Manuel de Arriaga a renunciar ao seu mandato, 12 dias mais tarde, saindo do Palácio de Belém escoltado por forças da Guarda Republicana. Morreu, amargurado, dois anos depois, a 5 de Março de 1917.

— Sessão inaugural
da Assembleia
Nacional
Constituinte,
19-06-1911



“E necessario que o imperio da democracia pura acabe de vez com esta falsa e nefasta theoria dos grandes homens!...”

Os grandes homens, no fim de contas, só existem onde ha pequenos povos; onde os privilegios dos oppressores eliminam os direitos e a dignidade dos opprimidos!...

Desde que uma verdadeira organização social estabeleça o inevitavel equilibrio entre as duas grandes forças propulsoras do movimento, da vida e do progresso dos individuos e dos povos, o egoismo e o altruismo; entre a nossa personalidade e a da augusta collectividade moral, chamada Patria, a cuja sombra devemos todos alcançar a nossa equivalencia, moral, civil e politica: a pretensa necessidade dos grandes homens, desaparece por contradictoria, desnecessaria e nefasta!...”

Manuel de Arriaga

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,
SESSÃO DE 11 DE JULHO DE 1911.



— Proclamação
do 1.º Presidente
da República
Manuel de Arriaga,
24-08-1911

*“O poder, a autoridade, a soberania derivam da supremacia da
sciencia, isto é, da verdade demonstrada.*

*A autoridade deriva do maior numero de razoes que, à sombra da
duvida, da investigação e do saber, teem ido a pouco e pouco conquis-
tando o assentimento das multidões.”*

Manuel de Arriaga

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,
SESSÃO DE 11 DE JULHO DE 1911.



— Manuel de Arriaga é aclamado pela multidão à saída da Assembleia Nacional Constituinte para o Palácio de Belém, 24-08-1911

“Affirmo solememente pela minha honra, manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da Republica: observar as leis; promover o bem geral da Nação; sustentar e defender a integridade e independencia da Patria Portuguesa”.

Manuel de Arriaga

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,
SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1911.





GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PROTOCOLO
DIVISÃO DE PROTOCOLO

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 49/2003
Concessão de honras do Panteão Nacional a Manuel de Arriaga

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, o seguinte:

1. Homenagear a memória do primeiro Presidente da República Portuguesa eleito democrática e constitucionalmente, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, concedendo aos seus restos mortais as honras do Panteão.
2. Constituir uma comissão, composta por um representante de cada grupo parlamentar, encarregada de escolher a data, definir e executar o programa de transladação e deposição dos seus restos mortais para o Panteão Nacional.

Aprovada em 22 de Maio de 2003.

O Presidente da Assembleia da República,
João Bosco Mota Amaral.

Assembleia da República

DESPACHO Nº 97/IX

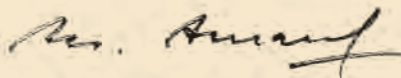
Nos termos do nº 2 da Resolução da Assembleia da República nº 49/2003, de 4 de Junho, que determinou a concessão de Honras do Panteão Nacional a Manuel de Arriaga, a "Comissão encarregada de escolher a data, definir e executar o programa de transladação e deposição dos seus restos mortais para o Panteão Nacional" será composta pelos seguintes Deputados, indicados pelos Grupos Parlamentares:

- Judite Jorge (PSD)
- Fagundes Duarte (PS)
- Narana Coissoró (CDS-PP)
- Luísa Mesquita (PCP)
- João Teixeira Lopes (BE)
- Isabel de Castro (PEV)

Fica marcada para o próximo dia 15 de Outubro, às 14h30, a primeira reunião da "Comissão".

Registe-se, notifique-se aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e publique-se.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

Palácio de S. Bento, 10 de Outubro de 2003





PROGRAMA DA CERIMÓNIA

Concessão de Honras de Panteão Nacional ao Dr. Manuel de Arriaga, Primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa

Lisboa, aos 16 de Setembro de 2004

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

11.30 horas


À saída da urna da Igreja do Cemitério dos Prazeres as honras militares serão prestadas por um Pelotão da Polícia do Exército, através de formatura em alas.

O cortejo sai do Cemitério dos Prazeres para o Panteão Nacional, em cortejo automóvel assim constituído:

Batedores da PSP;

Escolta de Honra, composta por cinco viaturas M11, posicionadas em redor do Auto-fúnebre;





Auto-fúnebre;
Carro dos Representantes da Família;
Carro da Secretária-Geral da Assembleia da República e do Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República;
Segunda viatura funerária;
Terceira viatura funerária;
Batedores da PSP.

PANTEÃO NACIONAL

11.40 horas

Todas as Altas Autoridades e demais convidados ocupam os lugares que lhes estão destinados.

11.45 horas

Chegada do Primeiro-Ministro.

11.50 horas

Chegada do Presidente da Assembleia da República.

11.55 horas

Chegada do Presidente da República.

12.00 horas

Chegada dos restos mortais do Dr. Manuel de Arriaga ao Panteão Nacional. O cortejo automóvel chegará ao Panteão pelo Campo de Santa Clara, pela entrada nascente do Adro de Santa Engrácia. A urna, depois de retirada do auto-fúnebre, é transportada até à esplanada fronteira do Panteão Nacional por cadetes dos Estabelecimentos de Ensino Superior das Forças Armadas, em cortejo assim constituído:

Auxiliares Parlamentares;
Três Representantes da Família do Homenageado;
Directora do Panteão Nacional, Secretária-Geral da Assembleia da República e Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República;
Auxiliares Parlamentares.



Ao longo do percurso será feita formatura em alas constituída por uma Companhia de cadetes, sendo disparada uma salva de 21 tiros por uma fragata da Marinha Portuguesa fundeada no Tejo, em frente ao Monumento. À chegada à esplanada fronteira do Panteão Nacional são prestadas Honras Militares por uma força constituída por cadetes das Academias Militares.

No interior do Panteão Nacional, a Guarda de Honra é prestada por militares da Polícia do Exército e em câmara ardente por 8 cadetes-alunos da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

12.10 horas

A urna segue em cortejo até ao local onde está colocada a essa, nela sendo depositada. Neste momento é interpretado o Hino Nacional pelo Coro do Teatro Nacional de S. Carlos.

O Coro do Teatro Nacional de S. Carlos interpreta “Dies Irae”, do *Requiem* de Mozart K 626.

12.15 horas

O Presidente da Assembleia da República, usa da palavra.

O Coro do Teatro Nacional de S. Carlos interpreta “Preludio” e “In te Domine speravi” do *Te Deum* e H 146 de Marc-Antoine Charpentier.



12.30 horas

O Presidente da República usa da palavra.

12.45 horas

Toque de silêncio e de alvorada, de homenagem aos mortos.
Hino Nacional, interpretado pelo Coro do Teatro Nacional de S. Carlos.

12.50 horas

Após a interpretação do Hino Nacional, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro assinam o documento autêntico a atestar a cerimónia.

Após as assinaturas, a urna é transportada por cadetes dos Estabelecimentos de Ensino Superior das Forças Armadas para a sala onde se encontra a Arca Tumular.

Seguidamente, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro abandonam o Panteão Nacional em cortejo assim constituído:

Auxiliares Parlamentares;
Chefe do Protocolo do Estado e Secretária-Geral da Assembleia da República;
Primeiro-Ministro, Presidente da República e Presidente da Assembleia da República;
Director do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo da Assembleia da República, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e a Directora do Panteão Nacional;
Auxiliares Parlamentares.

As restantes Altas Autoridades, Familiares do Homenageado e demais convidados só deverão abandonar o Panteão Nacional após a saída do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro.

14.30 horas

Abertura do Panteão Nacional ao público.





INTERVENÇÃO DE SUA EX.^a O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lisboa, 16 de Setembro de 2004

Abrem-se hoje as portas da antiga igreja de Santa Engrácia para acolher os restos mortais do cidadão Manuel de Arriaga entre os grandes de Portugal.


Distinção mais alta dificilmente se pode conceber! Aqueles que aqui têm sepultura permanecerão para sempre na memória da Pátria, lembrados através dos séculos, enquanto portugueses houver.

Por isso as Honras de Panteão são rarissimamente outorgadas — e só podem sê-lo por deliberação obviamente reservada à competência exclusiva do Parlamento, como órgão por excelência representativo de toda a comunidade nacional.

Na Antiguidade pagã, o Panteão era o templo dedicado a todos os deuses, para a adoração conjunta deles.

Nos nossos dias, o Panteão é o jazigo de honra dos cidadãos e das cidadãs que pelos seus feitos mais se notabilizaram e engrandeceram o País ou para este assumem um especial valor simbólico. Marcado embora pela majestade da morte e pela respeitosa veneração devida aos nossos maiores, este não é lugar de tristeza e luto, mas sim de exaltação e de glória.





É preciso dar tempo ao tempo para que o significado histórico de uma vida humana possa ser plenamente percebido, limpo de polémicas sectárias ou simplesmente invejosas.

Manuel de Arriaga, nascido na cidade da Horta, na ilha do Faial, nos Açores, em meados do século XIX, afirmou-se como um intelectual de prestígio e um político democrata, empenhado nas lutas pela liberdade e pela justiça social que marcaram a sua época.

No termo de um percurso fulgurante veio a ser o primeiro Presidente da República eleito, após a aprovação da Constituição de 1911, que organizou o regime político nascido da Revolução do 5 de Outubro.

Quando se aproxima já a celebração centenária do regime republicano, a ocorrer em 2010, dentro de praticamente seis anos, a Assembleia da República dá um primeiro passo para a correcta avaliação dele, admitindo no Panteão Nacional uma das suas figuras de proa, a primeira que mereceu ser escolhida, por eleição, para o desempenho da função presidencial.

O Presidente da República é o Chefe do Estado e o guardião-mor da integridade da Pátria e dos seus valores, dos quais se destacam as liberdades cívicas e a democracia, portanto também o primado da lei e dos direitos humanos.


Escolhido pelos cidadãos, agora até, diferentemente de outras eras, por sufrágio universal, o Presidente da República a todos representa e de todos deve receber consideração e respeito.

Ao lugar de Presidente da República não se há-de ascender por ambição de poder e de pompas vãs, mas sim por patriótico sentido do dever, que não exclui o gosto e a alegria de servir.

Pesam sobre os ombros do Presidente da República responsabilidades tremendas, de garantir e valorizar a herança, de sucessos e de problemas, que as gerações vão transmitindo umas às outras.

Não é para timoratos o cargo de Presidente da República, mas sim para gente de coragem, capaz de resistir a pressões, de enfrentar as crises, de desafiar o destino, norteando-se exclusivamente pelo interesse nacional.

Para além da tranquilidade da própria consciência, o Presidente da República apenas deve aspirar ao juízo da História, não ao elogio fácil, momentâneo e lisonjeiro — e esse só chega, inapelável, implacável, quando já tudo acabou, muitos anos depois da própria morte.



Assim acontece hoje, de algum modo, com o Presidente Manuel de Arriaga. Ao conceder-lhe Honras de Panteão, a Assembleia da República sela, com a sua inquestionável autoridade democrática, o reconhecimento do seu papel na História da República e portanto também na História de Portugal.

Por deliberação unânime do Parlamento, executada na presença dos mais altos responsáveis do Estado, ao Presidente Manuel de Arriaga é dada hoje sepultura entre os príncipes do nosso Povo. Príncipes, digo, não pelos acasos do sangue, mas antes pelos méritos do serviço à Pátria Portuguesa e à Humanidade inteira.

Esta decisão é irrevogável e vai por isso manter-se pelos tempos fora. Se é para ficar, ninguém entra aqui pelo seu próprio pé, mas sim trazido em ombros, em triunfo, recuperando de algum modo, por um breve instante, as honras e as galas da função que em vida desempenhou. E quem aqui entra, passando o apertado crivo de tão alto galardão, já não pode sair: — adquiriu perante a comunidade que os portugueses e as portuguesas formam, no espaço e no tempo, o estatuto de imortal!

A partir de hoje e de alguma maneira simbolizando todos os que, ao longo deste primeiro século do regime republicano, exerceram, com legitimidade e dignamente, a magistratura presidencial, Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República eleito, tem o seu nome inscrito entre “Aqueles que por obras valorosas/Se vão da lei da morte libertando”, nas palavras, bem conhecidas, de Camões, numa das primeiras estrofes d’ *Os Lusíadas*.

É de justiça reconhecer o merecimento a quem o tem. A gratidão eleva tanto quem a recebe como quem a pratica. Esta fica sendo pois uma data memorável para a Pátria Portuguesa.

Cidadão-Presidente Manuel de Arriaga, descansa em paz!
Viva a República!
Viva Portugal!




INTERVENÇÃO DE SUA EX.ª O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Lisboa, 16 de Setembro de 2004

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Primeiro-Ministro
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Senhor Presidente em Exercício do Tribunal Constitucional
Família do Presidente Manuel de Arriaga
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Portugueses

Cumprimos hoje a decisão tomada, por unanimidade e no uso da sua competência exclusiva, pela Assembleia da República de conceder as Honras de Panteão Nacional ao primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa. Eleito pelo Congresso em 1911, o republicano histórico Manuel de Arriaga tinha então a idade de 71 anos e, atrás de si, um longo percurso cívico, político e intelectual. Descendente de uma ilustre família açoreana, foi amigo de Antero, Eça de Queiroz e de outros membros da *geração de 70*, com quem privou e colaborou, tendo sido um dos subscritores do *Manifesto das Conferências do Casino*. É este o início de um itinerário muito rico marcado, à partida, por uma






posição evolucionista e que, inspirado pelos grandes ideais do humanitarismo social, o levou à militância republicana.

Como advogado, defendeu corajosamente, durante o regime monárquico, muitos republicanos perseguidos e presos. Como tribuno e propagandista prestigiadíssimo, participou em inúmeros actos de divulgação e afirmação da ideia republicana. Como deputado republicano eleito, em 1882, pelo círculo da Madeira, numa eleição histórica, e pelo de Lisboa, em 1890, exerceu os seus mandatos parlamentares, com o maior brilho, dedicação e rigor ético. Como dirigente republicano, nomeadamente como Presidente do Directório e Presidente Honorário do Congresso Republicano, em 1906, constituiu-se como uma referência moral intocável. Por tudo isto, na fase de institucionalização do novo regime e depois do Governo Provisório chefiado por Teófilo Braga, foi escolhido para presidir à República. No discurso que fez perante aqueles que tinham acabado de o eleger diz que tinham depositado nas suas mãos “um tesouro quatro vezes precioso: o da liberdade, em nome da qual trataremos, com o auxílio de todos os que vierem em volta de nós, de eliminar todos os privilégios que, sendo mantidos à custa da depressão e ofensa dos nossos semelhantes, são para mim malditos”. E acaba as suas palavras de tolerância, afirmando: “Hão-de vir para nós os que de nós fugiram. Em nome da Pátria e da Liberdade, nós aqui estamos para os receber. E, a vós, o tributo inalterável da minha gratidão, por confiardes num velho que pouco vale, mas que poderá muito com o vosso auxílio”.

Ouvimos hoje de novo estas palavras e não podemos deixar de experimentar um sentimento de emoção e respeito por esta figura honrada. O seu mandato presidencial, inacabado pela sua renúncia poucos meses antes do fim, em circunstâncias agravadas pelos problemas ligados à entrada de Portugal na I Grande Guerra, teve de afrontar situações e acontecimentos muito complexos e difíceis. As polémicas que então se originaram podem ser hoje avaliadas com outra distância. Mas uma coisa é certa: se podemos discordar de uma ou outra atitude, de uma ou outra decisão do Presidente Arriaga, não podemos pôr em causa ter sido ele sempre movido pelo desejo de servir o País e a República, tal como entendia os seus ideais e valores. Figura moral, romântica e idealista, mais do que um político na acepção prática da palavra, Arriaga guardou da sua passagem pela Presidência boas e más recordações, conservando o sentimento de que fez o que pôde, mas também a memória de incompreensões e inimizades. No relatório que



intitidou «Na Primeira Presidência da República Portuguesa», dá conta dos seus actos e dos seus sentimentos. Fiel a si mesmo, acaba esse relatório dizendo: “Se na nossa passagem pelo poder houve alguém que se julgasse por nós ofendido, que esse alguém nos perdoe”. Nesta frase está, afinal, o retrato moral e político daquele que hoje homenageamos, actualizando os valores que o inspiraram e aprendendo com os erros de um período tão vivo e contraditório da nossa História recente. A publicação recente da sua Correspondência Política contribuirá para conhecermos melhor este período e os seus protagonistas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como tenho dito, a História assume-se nas suas luzes e sombras, nos seus acertos e nos seus enganos. Só assim se poderá tirar dela a lição que nos é útil e que a torna não uma coisa morta, mas uma realidade viva e fecunda, que do passado se projecta no presente e no futuro. A figura de Manuel de Arriaga, que hoje evocamos nesta cerimónia de um tão belo simbolismo, lembra-nos que precisamos de nos inspirar em valores para agir, mas que devemos agir consequentemente e tendo em conta a complexidade dos tempos e das situações. O tempo que vivemos é muito diferente daquele que ele viveu. Para essa diferença, contribuiu também o que aprendemos com o que foi feito e os erros que conseguimos não repetir, contra alguns dos quais Arriaga alertou. É esta a lição que hoje aqui quero evidenciar, homenageando a memória de um português ilustre que presidiu pela primeira vez a uma República que, inseparável da Democracia e entendida como *res publica*, nos compete defender e valorizar, servindo o País honradamente e mobilizando os portugueses para as grandes causas e os grandes desafios do nosso tempo.

Honra à memória de Manuel de Arriaga!

Viva a República!

Viva Portugal!





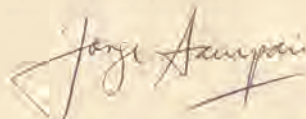
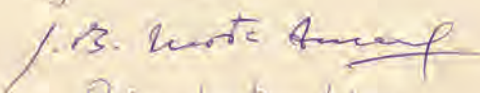



TERMO DE SEPULTURA NO PANTEÃO NACIONAL

NO DIA DEZASSEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUATRO, NESTE PANTEÃO NACIONAL DE SANTA ENGRÁCIA E NA PRESENÇA DE SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DOUTOR JORGE SAMPAIO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, DOUTOR JOÃO BOSCO MOTA AMARAL E O SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, DOUTOR PEDRO SANTANA LOPES, PROCEDEU-SE À TRASLADAÇÃO E SEPULTURA DOS RESTOS MORTAIS DO DOUTOR MANUEL DE ARRIAGA, PRIMEIRO PRESIDENTE ELEITO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NÚMERO QUARENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E TRÊS, DE VINTE E DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E TRÊS, A QUAL AOS MESMOS CONCEDEU HONRAS DE PANTEÃO.

E PARA CONSTAR SE LAVROU O PRESENTE TERMO, EM QUADRIPLICADO, SENDO UM PARA ARQUIVAR NA TORRE DO TOMBO, OUTRO NO ARQUIVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, UM TERCEIRO PARA O PANTEÃO NACIONAL E O ÚLTIMO PARA COLOCAR NA URNA.

EM FÉ DO QUE DESTE TERMO CONSTA, ASSINAM OS PRESENTES ACIMA MENCIONADOS.








BREVES NOTAS SOBRE O PANTEÃO NACIONAL

Fundada em 1568, por iniciativa da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, a primitiva igreja foi construída pelo arquitecto Nicolau de Frias, segundo traças aprovadas pelo Arcebispo D. Jorge de Almeida. Nada resta deste templo que, em 1630, foi alvo de um roubo sacrílego e, de seguida, de obras de reconstrução da capela-mor, a cargo de Mateus do Couto (Sobrinho), capela essa que viria a ruir em 1681, o que obrigou a mesa da Confraria dos Escravos do Santíssimo Sacramento, formada por nobres e poderosos, a erigir uma nova e mais sumptuosa igreja. Feito concurso, em 1683, para estudo do melhor projecto, foi este ganho pelo arquitecto João Antunes (1642-1712), que dirigiu a primeira fase da construção. O risco de Antunes, tira partido da desafogada situação paisagística do sítio, a meio da encosta defronte do Tejo e constitui a primeira obra de claro figurino barroco no panorama arquitectónico nacional. O modelo é centralizado, de vastas proporções, definindo uma cruz grega de flancos





sinuosos, com associação de quatro torreões-bloco, numa longínqua evocação de San Pietro in Montorio e San Sático em Milão, de Donato Bramante e com influências de Guarini (fachada do Palazzo Cornaro), acrescido de riquíssimo ornamento mosaicista. Esta igreja foi elevada à categoria de Panteão Nacional, em 1916.

No Panteão encontram-se os túmulos dos Presidentes da República Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona, dos escritores João de Deus, Almeida Garrett e Guerra Junqueiro, da fadista Amália Rodrigues e os monumentos evocativos de Luís de Camões, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e do Infante D. Henrique.



